



LOJAS RENNER S.A.

CNPJ nº 92.754.738/0001-62
CVM 00813-3 / NIRE 43300004848
Companhia Aberta



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2010

Conselho Fiscal e Comitê de Remuneração, mecanismos de avaliação formal do CA, Presidência do CA e do Comitê de Remuneração e a criação do cargo de secretário do CA. No ano, o Conselho de Administração se reuniu, mensalmente, para discutir a Estratégia, os Investimentos, as Operações, os Relatórios de Gestão de Risco e de Auditoria da Companhia.

Na quinta Assembleia Geral Ordinária (AGO) no modelo pulverizado, realizada em 22 de abril de 2010, a Companhia atingiu o maior quórum de participação em evento societário desde 2005, com 37,7% do capital social.

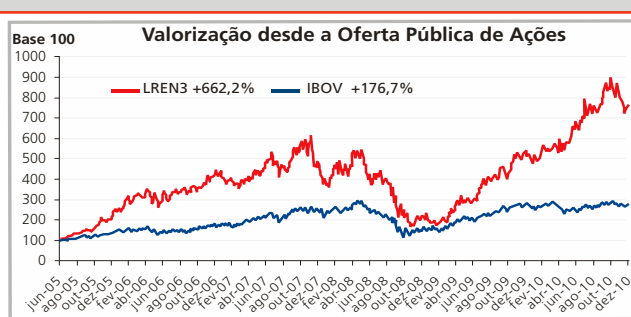
A Companhia entende que este percentual foi uma grande prova do resultado positivo que as iniciativas adotadas nos últimos anos geraram em termos de adesão dos acionistas aos novos padrões de funcionamento do mercado brasileiro. A Lojas Renner sente-se profundamente orgulhosa de fazer parte desta história e entende que suas contribuições são retribuídas através de importantes prêmios e colocações em rankings ocorridas em 2010, tais como "As Melhores do Dinheiro 2010 - Melhor em Varejo/Governança Corporativa", o primeiro lugar no ranking "As Melhores Companhias para os Acionistas" da Revista Capital Aberto, na categoria de valor de mercado de até R\$ 5 bilhões, "As Empresas mais admiradas no Brasil 2010" da Revista Carta Capital - Empresa Mais Admirada (Varejo Têxtil) e 1º lugar no ranking do setor de Consumo e Varejo da América Latina, pela *Institutional Investor Magazine*, nas categorias Melhor CEO, Melhor Profissional de RI e Melhor Programa de RI, nomeado pelos analistas do *Sell & Buy Side*.

No dia 20 de 2010, foram aprovadas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2009, a distribuição de dividendos e a eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, assim como a remuneração global dos Administradores. Também foram declarados e aprovados os pagamentos de dividendos relativos ao exercício de 2009, no valor de R\$ 142,2 milhões, correspondentes a R\$ 1,1668 por ação, representando um *pay-out* de 75%, com pagamento efetuado em 30 de abril de 2010.

Em 16 de dezembro de 2010, foi declarada e aprovada a distribuição de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio, relativa ao exercício de 2010, no valor de R\$ 70,2 milhões, correspondentes a R\$ 0,5740 por ação, com pagamento previsto em até dez dias após a Assembleia Geral Ordinária de 2011. Os Orçamentos de Administração estão sendo propostos, ainda, a distribuição de R\$ 160,8 milhões (R\$ 1,3142 por ação), a título de dividendos, sujeitos à aprovação na AGO de 2011, a ser realizada em abril. Assim, a remuneração aos Acionistas, incluindo o pagamento a ser aprovado na Assembleia de Acionistas, somará R\$ 231,0 milhões (R\$ 1,8882 por ação), representando um *pay-out* de 75% e um *dividend yield* de 3,3% (dividendo por ação sobre o preço da ação), se considerada a cotação de R\$ 56,40 em 30 de dezembro de 2010, após a proposta de distribuição de dividendos e crediamento de Juros sobre o Capital Próprio, foi proposto para reserva de lucros para investimento e expansão o montante de R\$ 77,0 milhões. Essa reserva é destinada a cobrir parte dos investimentos programados no plano de expansão da Companhia a serem executados no curso do exercício social de 2011.

Desde 25 de maio de 2005, como forma de alinhar os interesses dos Administradores com os Acionistas, a Lojas Renner conta com um Plano de Opções de Compra de Ações (POCA) que abrangem membros da Diretoria e os principais executivos da Companhia. Desde o início do Plano, já foram outorgadas 6.046,4 mil opções de compra (austadas pelo desdobramento ocorrido em 03 de outubro de 2009), equivalentes a 4,9% do total de ações da Companhia.

As ações ordinárias da Lojas Renner, negociadas sob o código LREN3, apresentaram valorização de 43,5% no período, passando de R\$ 39,30 por ação em 30 de dezembro de 2009 para R\$ 56,40 em 30 de dezembro de 2010. A valorização das ações durante o ano de 2010 foi superior ao Ibovespa, refletindo as perspectivas macroeconômicas mais positivas que impactam diretamente o setor de consumo e varejo.



Em 2010, foram realizados 728.410 negócios, com volume financeiro de R\$ 12,4 bilhões, representando, respectivamente, uma variação de 17,2% e 55,9% sobre o ano de 2009. O número de acionistas, nesse mesmo período, passou de 6.054 em dezembro de 2009 para 7.545 no final de dezembro de 2010, composto, principalmente, por pessoas físicas. Como percentual do capital social, a parcela retida por investidores estrangeiros continua elevada, mesmo com uma leve diminuição nesse percentual, passando de 86,4% em 31/12/2009 para 85,9% em 31/12/2010.

Para manter sua política de transparência no relacionamento com o mercado de capitais, a Companhia vem realizando apresentações para grupos de investidores e analistas de mercado no Brasil e no exterior. Ao longo de 2010, foram realizadas diversas apresentações, incluindo um dia da Companhia (Renner Day) e uma Reunião Pública com Analistas, ambas em Porto Alegre, na sede da Lojas Renner. Foram também realizadas, ao longo de 2010, teleconferências em português, com tradução simultânea para o inglês, para discussão dos resultados trimestrais, além de diversas reuniões individuais, incluindo visitas às lojas. Os interessados também obtiveram informações adicionais no site, por telefone e por e-mail.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Companhia aproveita a oportunidade para convidar seus Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária, a ser convocada para o mês de abril de 2011, na sede da Lojas Renner S.A., localizada na Av. Joaquim Porto Villanova, 401, Bairro Jardim Carvalho, em Porto Alegre, RS.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social,

Ativo	Notas Explicativas	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP		
		2010	2009	2010	2009	2008
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5	457.538	410.713	177.753	683.661	178.700
Contas a receber de clientes	6	505.484	696.196	647.492	863.493	714.069
Estoques	8	275.950	203.693	189.345	275.950	203.693
Impostos a recuperar		18.487	15.931	21.898	18.610	16.025
Outras contas a receber		30.246	24.812	26.624	30.255	24.812
Despesas antecipadas		10.277	3.993	623	952	3.993
Total do ativo circulante		1.297.982	1.355.338	1.063.735	1.872.921	1.428.305
Não circulante						
Depósitos judiciais	15	9.508	9.443	12.290	9.515	9.443
Impostos a recuperar		12.607	11.726	13.017	12.607	11.726
Outras contas a receber		5.872	5.245	6.657	5.872	4.998
Tributos diferidos	9	75.457	62.977	53.860	75.457	62.977
FIDC Lojas Renner	10	150.000	12.926	17.680	63	63
Perda na realização de ativos	11(a)	406.998	351.792	352.458	412.603	357.572
Intangível	11(b)	66.977	46.113	50.480	66.977	46.113
Total do ativo não circulante		750.162	500.222	506.442	583.094	494.995
Total do Ativo		2.048.144	1.855.560	1.570.177	2.456.015	1.923.300

Passivo e patrimônio líquido	Notas Explicativas	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP		
		2010	2009	2010	2009	2008
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	12	12.280	8.946	87	12.280	8.946
Financiamentos - operações	13	188.034	303.521	317.822	267.146	373.471
serviços financeiros	14	317.078	268.061	169.888	318.285	268.072
Fornecedores		161.173	140.230	127.843	162.427	141.159
Impostos e contribuições a recolher		56.338	47.394	30.079	56.335	47.395
Salários e férias a pagar		26.456	22.452	26.980	20.809	16.842
Aluguéis a pagar		43.529	53.656	43.529	84.429	84.429
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	15	17.581	16.332	13.415	17.581	16.332
Outras obrigações		34.552	47.236	44.908	38.263	47.461
Total do passivo circulante		897.921	907.828	774.561	977.575	973.334
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	12	36.415	35.271	29.661	36.415	35.271
Financiamentos - operações	7 e 13	-	-	-	340.661	-
Operações serviços financeiros - FIDC	17	28.964	13.720	18.492	28.964	13.720
Impostos e contribuições a recolher	15	43.272	26.146	22.530	43.414	26.277
Provisão para riscos tributários e cíveis	22	17.335	-	3.151	-	-
Débitos com empresas ligadas	16	2.929	6.159	10.289	7.678	6.159
Outras obrigações		128.915	81.296	84.123	457.132	81.427
Total do passivo não circulante		216.601	416.263	176.213	828.206	416.263
Patrimônio líquido						
Capital social	18.1	408.734	402.945	399.126	408.734	402.945
Reservas de capital	18.2	173.570	156.184	138.941	173.570	156.184
Reservas de lucros	18.3	441.614	308.819	172.626	441.614	308.819
Ajuste à avaliação patrimonial	19	(2.610)	(1.512)	(2.610)	(2.610)	(1.512)
Total do patrimônio líquido		1.021.308	866.436	711.499	1.021.308	866.436
Total do passivo e patrimônio líquido		2.048.144	1.855.560	1.570.177	2.456.015	1.923.300

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, apresentado em reais)

Ativo	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Receita operacional líquida		2.726.604	2.342.751	2.751.338	2.363.628
Receita líquida com venda de mercadorias		2.462.683	2.115.968	2.462.683	2.115.968
Receita líquida com produtos e serviços financeiros		263.921	226.783	288.655	247.660
Custos das vendas		(1.209.459)	(1.084.911)	(1.209.459)	(1.084.911)
Custos das vendas de mercadorias		(1.182.367)	(1.055.748)	(1.182.367)	(1.055.748)
Custos dos produtos e serviços financeiros		(27.092)	(29.163)	(27.092)	(29.163)
Lucro bruto		1.517.145	1.257.840	1.541.879	1.278.717
(Despesas) receitas operacionais					
Vendas	32	(645.290)	(557.555)	(641.702)	(554.469)
Administrativas e gerais	32	(211.764)	(180.342)	(211.764)	(180.346)
Perdas em crédito, líquidas		(88.170)	(112.419)	(88.172)	(112.419)
Outros resultados operacionais	28	(91.510)	(74.945)	(95.121)	(75.573)
Total das despesas operacionais, líquidas		(1.036.734)	(925.261)	(1.036.734)	(922.807)
Lucro operacional - LAJIDA	3,22 e 30	480.411	332.579	505.120	355.910
Resultado de equivalência patrimonial	10	21.170	20.197	-	-
Plano de opção de compra de ações	22 e 25	(17.385)	(17.243)	(17.385)	(17.243)
Depreciações e amortizações	10 e 11	(75.661)	(73.794)	(75.787)	(74.073)
Resultado da baixa de ativos fixos		(420)	(345)	(420)	(345)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		408.115	261.394	411.528	264.249
Resultado financeiro	29	27.405	7.684	27.297	7.617
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações estatutárias		435.520	269.078	438.825	271.866
Imposto de renda e contribuição social	9	(120.438)	(73.482)	(123.743)	(76.270)
Participações estatutárias		(7.054)	(6.007)	(7.054)	(6.007)
Lucro líquido do exercício		308.028	189.589	308.028	189.589
Lucro líquido por ação - Básico R\$	20	2,522	1,580	2,522	1,580
Lucro líquido por ação - Diluído R\$	20	2,4796	1,5451	2,4796	1,5451
Quantidade de ações ao final do exercício (em milhares)		122.349	121.862	122.349	121.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA - BRGAAP E CONSOLIDADO IFRS E BRGAAP

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (Em milhares de reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação apresentados em R\$)

Saldo em 1º de janeiro de 2009	Notas explicativas	Reserva de capital		Reserva de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajuste a avaliação patrimonial	Total
		Capital social	Reserva de opção de compra de ações	Reserva legal	Reserva para investimento e expansão				
Aumento de Capital		399.926	118.165	2.076	1.812	170.814	-	-	711.493
Lucro líquido do exercício		3.019	-	-	-	-	189.589	-	189.589
Plano de opção de compra de ações	25	-	-	17.243	-	-	-	-	17.243
Hedge fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	(1.512)	(1.512)
Dividendo adicional proposto (R\$ 0,7287 por ação)		-	-	-	-	-	88.796	-	88.796
Destinações do lucro:									
Reserva legal		-	-	-	47.397	-	(189.589)	-	(142.192)
Reserva para investimento e expansão		-	-	-	-	-	(47.397)	-	(47.397)
Dividendos (R\$ 0,8001 por ação)		-	-	-	-	-	(97.505)	-	(97.505)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,3667 por ação)		-	-	-	-	-	(44.687)	-	(44.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2009		402.945	118.165	38.019	1.812	218.211	88.796	(1.512)	866.436
Aumento de Capital	18	5.789	-	-	-	-	-	-	5.789
Deliberação dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	(88.796)	-	(88.796)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	308.028	-	308.028
Plano de opção de compra de ações	25	-	-	17.386	-	-	-	-	17.386
Hedge fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	(1.098)	(1.098)
Dividendo adicional proposto (R\$ 1,1817 por ação)		-	-	-	-	-	144.584	-	144.584
Destinações do lucro:									
Reserva legal		-	-	-	77.007	-	(308.028)	-	(231.021)
Reserva para investimento e expansão		-	-	-	-	-	(77.007)	-	(77.007)
Dividendos (R\$ 1,3142 por ação)		-	-	-	-	-	(160.793)	-	(160.793)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,5740 por ação)		-	-	-	-	-	(70.228)	-	(70.228)
Saldo em 31 de dezembro de 2010		408.734	118.165	55.405	1.812	295.218	144.584	(2.610)	1.021.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Lojas Renner S.A. (a "Controladora") tem como atividade principal o comércio no varejo de artigos de vestuários, de artigos de esportes e de outros produtos de lojas de departamentos no mercado nacional. Complementam as atividades da Controladora e de suas controladas (em conjunto a "Companhia"), a importação de mercadorias, a participação no capital social de outras sociedades e a intermediação de serviços financeiros, tais como intermediação de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros e títulos de capitalização, cartão bancário, entre outras.

A Controladora é uma sociedade anônima com matriz em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA"; LREN3).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras incluem:

- Demonstrações financeiras individuais da Controladora elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), ajustadas pelos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.
- Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia elaboradas e apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitido pelo IASB - International Accounting Standard Board e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR



LOJAS RENNER S.A.
 CNPJ nº 92.754.738/0001-62
 CVM 00813-3 / NIRE 4330000483
 Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2010
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8 Ajuste a valor presente
 As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia, mais risco de crédito, no caso de clientes. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das vendas a prazo foi de 4,5% a.m. e, refletida, na avaliação da administração, os riscos específicos da sua carteira de recebíveis. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das compras a prazo foi de 1,1% a.m. Os impostos a recolher de longo prazo, sob os quais não há incidência de encargos financeiros também foram ajustados a valor presente pela taxa Selic futura obtida na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) para as datas de vencimento das referidas obrigações. Os tributos diferidos não são trazidos ao seu valor presente.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e estoques e sua reversão tem como contrapartida a conta de custo das vendas, pela fruição de prazo no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores não registrados. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes (nota explicativa nº 6) e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

3.9 Estoques
 São avaliados ao custo médio de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de matérias-primas.

3.10 Imobilizado e intangível
 São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na nota explicativa nº 11. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas conforme descrito na nota explicativa nº 3.11. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

3.11 Impairment de ativos não financeiros
 Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

3.12 Provisões
 Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.13 Empréstimos e financiamentos
 Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

3.14 Imposto de renda e contribuição social
 O imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, decorrentes de diferenças temporárias, foram constituídos considerando a expectativa de provável geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico, aprovado pela administração.

3.15 Benefícios a administradores, executivos e colaboradores
 A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores, diversos benefícios usuais de mercado. Afim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia concede também os seguintes benefícios:

Remuneração com base em ações
 A Companhia opera com planos de remuneração com base em ações a administradores e executivos selecionados, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos mesmos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de Black-Scholes. Este modelo utiliza premissas como o valor de mercado da ação na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato "vesting period". A despesa é registrada em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Participação nos lucros e resultados
 A Companhia reconhece um passivo e uma despesa cuja premissa principal para o reconhecimento e o pagamento estão relacionadas ao atingimento de metas de vendas, margem bruta, resultado operacional, captação de cartões, entre outras.

3.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio
 O estatuto da Companhia e a legislação societária prevêm que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.17 Operações com instrumentos financeiros derivativos
 Os derivativos são mensurados ao seu valor justo na data em que os contratos são celebrados e subsequentemente pelo método de avaliação de mercado. Os derivativos são classificados em derivativos de proteção da exposição cambial gerada por pedidos de importações. Tais operações são limitadas ao valor efetivo dos pedidos de importação ainda não pagos e constituem-se em operações de compra de opções "call" de dólar futuro. A Companhia classifica essas operações como "Hedge" de fluxo de caixa, considerando as seguintes premissas (i) os derivativos são altamente correlacionados no que se refere à alteração no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; (ii) há identificação documental da operação, do risco, do objeto de hedge, do processo de gerenciamento de risco e da metodologia utilizada na avaliação da efetividade; (iii) são considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial" até a liquidação dos referidos instrumentos, realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Não foram identificadas operações não efetivas para "hedge de fluxo de caixa" em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

Quanto às liquidações financeiras, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são alocados na mensuração inicial do custo do estoque e levados ao custo das vendas à medida que estes ativos são realizados.

3.18 Operações com arrendamento mercantil
 Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

A Companhia possui alguns contratos de arrendamento de software classificados como financeiro. Esses são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, sendo amortizado conforme vida útil do bem. As obrigações assumidas nesse arrendamento são reconhecidas como passivo, acrescido de encargos financeiros considerando a taxa efetiva de juros.

3.19 Contas a pagar aos fornecedores
 As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota nº 3.8).

3.20 Políticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras consolidadas - IFRS e BRGAAP
Controladas e princípios de consolidação
 Controladas são todas as entidades controladas direta e indiretamente pela Companhia. Considera-se existir controle quando a Lojas Renner detém, direta e indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, a fim de obter benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. As operações entre as controladas da Companhia, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

As operações da Dromegon Participações Ltda. limitam-se ao aluguel de imóvel de sua propriedade à Companhia (nota explicativa nº 22).

A Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. realiza operações de intermediação de concessão de empréstimos pessoais e intermediação de venda de títulos de capitalização (nota explicativa nº 22). Em 31 de dezembro 2010 e 31 de dezembro de 2009, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes empresas controladas:

% de participação no capital total
Dromegon Participações Ltda. 99,99%
Renner Adm. de Cartões de Crédito Ltda. 99,99%

Conforme estabelecido pela instrução CVM nº 408/04, a Companhia consolida as demonstrações financeiras do FIDC Lojas Renner, uma vez que este representa uma entidade de propósito específico, onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as quotas subscritas.

No processo de consolidação do FIDC Lojas Renner foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o Fundo.

3.21 Políticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras individuais da Controladora - BRGAAP
Investimentos
 As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As operações entre as controladas e a Controladora, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminados. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes às adotadas pela Companhia.

3.22 Formato de apresentação das demonstrações de resultado
 Nas demonstrações do resultado, a Companhia apresenta o lucro operacional antes da equivalência patrimonial, depreciações e amortizações, despesas com plano de opções em ações, resultado financeiro e resultado com baixa de ativos líquidos. Esse formato de apresentação representa o conceito de LAJIDA (EBITDA) e tem como objetivo principal atender às necessidades dos acionistas e usuários das demonstrações financeiras.

As despesas incluídas no LAJIDA, estão apresentadas de acordo com sua função. A apresentação dessas despesas de acordo com sua natureza encontra-se na nota explicativa nº 32.

4. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

(a) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as operações da Companhia
 As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Entretanto, não são relevantes para as operações atuais da Companhia. Apresentamos a seguir uma lista de normas/interpretações emitidas e que estão em vigor para períodos após 1º de janeiro de 2010.

Tópico	Exigências-chave	Data da entrada em vigor
Instrução no IAS 32, "Instrumentos Financeiros"	O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou warrants para adquirir um número fixo dos próprios instrumentos de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, contanto que a entidade ofereça direitos, opções ou warrants de maneira proporcional a todos os seus instrumentos de mesma classe de seus próprios instrumentos de capital não derivativos.	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19 - "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital"	Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente.	1º de julho de 2010
Alteração no IFRS 1 - "Primeira Adoção de IFRS - Isenção Limitada" a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez"	Oferece para aquelas entidades que adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.	1º de julho de 2010
IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009)	Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo.	1º de janeiro de 2011
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício"	Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos.	1º de janeiro de 2011
Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (funding) e sua Interação"	Estabelece as exigências de provimento de recursos em contribuições em determinadas demonstrações reconhecidas como ativo, em vez de despesa.	1º de janeiro de 2013
IFRS 9 "Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A nova classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre <i>impairment</i> dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada. Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.	1º de janeiro de 2013

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
CAIXA e bancos	36.524	27.286	23.441	27.943
CDB (a)	179.165	306.726	132.548	306.726
Operações compromissadas lastreadas em debêntures (b)	232.095	75.401	202	75.401
LCA - Letras de crédito do agronegócio	-	1.300	21.562	1.300
Aplicações financeiras - LFTN - FIDC (c)	-	-	-	28.094
Fundo de renda fixa - FIDC (d)	-	-	-	207.024
Aplicações FIDC curto prazo (e)	9.754	-	-	-
Total	457.538	410.713	177.753	663.661

As variações de liquidez imediata da Companhia, em sua titularidade de renda fixa, possuem rendimentos atribuídos à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Companhia. Essas aplicações financeiras referem-se: (a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 100,7% (100,5% em 2009); (b) operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de um título com o compromisso por parte do vendedor (banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro, cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 101,0% (100,5% em 2009); (c) aplicações financeiras do FIDC Lojas Renner lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro Nacional as quais estão disponíveis a qualquer momento para aquisição de recebíveis originados nas operações da controladora, e apresenta um rendimento equivalente à variação da taxa Selic diária; (d) Fundo de renda fixa do FIDC está disponível a qualquer momento para aquisição de recebíveis originados nas operações da controladora e apresenta um rendimento equivalente a 96% do CDI; e (e) saldo das aplicações da Controladora no FIDC Lojas Renner resgatáveis trimestralmente (nota explicativa nº 7).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Contas a receber de clientes (valores nominais)	-	-	-
A vencer	-	-	-
A vencer de 1 a 30 dias	137.453	131.593	117.409
A vencer de 31 a 60 dias	157.989	145.570	134.942
A vencer de 61 a 90 dias	125.624	115.533	107.584
A vencer de 91 a 120 dias	93.882	86.168	81.499
A vencer de 121 a 150 dias	72.671	68.821	61.415
A vencer de 151 a 180 dias	41.039	34.991	34.570
A vencer acima de 180 dias	40.186	35.066	25.971
Vencidos	-	-	-
Vencidos de 1 a 30 dias	33.432	29.433	33.285
Vencidos de 31 a 60 dias	8.569	6.272	8.992
Vencidos de 61 a 90 dias	8.899	8.125	9.935
Vencidos de 91 a 180 dias	26.542	24.673	32.219
Total	746.286	686.245	647.821

Administradores de cartões de crédito

A vencer de 1 a 30 dias	76.459	62.409	49.314
A vencer de 31 a 60 dias	43.633	28.903	24.633
A vencer acima de 60 dias	22.512	18.497	15.309
Total	142.604	109.809	89.256

Outras contas a receber

Comissões e operações a receber - Empréstimo pessoal	611	822	1.573
Menos:	25.465	21.820	20.328
Total	356.446	317.791	326.818

Menos:

Ajuste a valor presente	(55.647)	(61.329)	(54.956)
Provisão para perdas em crédito - Varejo	(42.200)	(47.882)	(43.870)
Provisão para perdas em crédito - Empréstimo Pessoal	(14.885)	(13.289)	(12.660)
Contas a receber - FIDC Lojas Renner	(277.090)	-	-
Rendas a apropriar - títulos cedidos - FIDC Lojas Renner	(19.660)	-	-
Total Controladora - BRGAAP	505.484	696.196	647.497
Comissões e operações a receber - Empréstimo pessoal	79.383	72.216	66.577
Outras contas a receber	1.536	-	-
Contas a receber - FIDC Lojas Renner	277.090	-	-
Total Consolidado - IFRS e BRGAAP	863.493	768.412	714.069

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas do saldo de contas a receber de clientes em contrapartida da provisão para perdas em crédito.

O contas a receber de clientes é ajustado ao seu valor presente pela taxa de juros efetiva na data da transação (nota explicativa nº 3.8), e reduzidos por provisão para redução ao valor de recuperação (nota explicativa nº 3.7). A totalidade da carteira de créditos transferidos para FIDC Lojas Renner é mantida nos controles da Controladora e apresentados na avaliação da qualidade dos créditos apresentados na tabela acima, considerando a manutenção da gestão desses títulos por parte da Controladora (nota explicativa nº 7). No contexto do consolidado, os títulos mantidos na carteira do FIDC Lojas Renner são integralmente consolidados pela Companhia.

7. FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS - FIDC LOJAS RENNER

Em dezembro de 2010 foram iniciadas as operações do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner ("FIDC Lojas Renner"), cujo objeto definido em regulamento é o investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2011, pela Instrução CVM nº 396/11, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios originados do parcelamento de compras dos clientes da Companhia, por intermédio de crediário sem encargos, de titularidade da Companhia, ou de concessão de financiamentos com encargos, de titularidade do Itaú Unibanco. O FIDC Lojas Renner tem vida operacional definida, e o encerramento ocorrerá em 05 de dezembro de 2013.

A estrutura do patrimônio do FIDC Lojas Renner, em 31 de dezembro de 2010, é subdividida em: 3,5 mil quotas "senior" de titularidade de terceiros, no montante de R\$ 352.363, representativas de 68,81% do patrimônio do FIDC Lojas Renner nessa data, e 1,5 mil quotas subordinadas de titularidade da Controladora, no montante de R\$ 159.754, representativas de 31,19% do patrimônio do FIDC Lojas Renner nessa data. O regulamento do FIDC Lojas Renner define que as quotas subordinadas devem representar no mínimo 30% do patrimônio líquido do fundo e não terão meta de remuneração definida. A Controladora atua como agente de cobrança e agente de recebimento dos títulos, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o FIDC Lojas Renner.

As operações de securitização de direitos creditórios realizadas pela Controladora para o FIDC (representados por vendas parceladas

10. INVESTIMENTOS

Os investimentos na Controladora - BRGAAP, estão assim compostos:

Quantidade de quotas (milhares)	Participação %	Patrimônio Líquido	Total do Investimento	Lucro Líquido 2010	Resultado de equivalência 2010
Renner Adm. de Cartões de Créd. Ltda.	7.205	11.588	11.588	18.090	18.090
Dromegon Participações Ltda.	99,99%	9.504	9.504	3.082	3.081
Ágio alocado aos ativos da adquirida	-	1.589	1.589	63	-
Outros Investimentos	-	63	63	-	-
Total	7.205	22.743	22.743	21.172	21.170

As movimentações na conta de investimentos da Controladora - BRGAAP foram as seguintes:

Saldo inicial	Resultado de participação societária	Distribuição dividendos de subsidiárias	Amortização de ágio alocado aos ativos das adquiridas	Saldo final
(408)	2.815	(11.387)	(11.387)	(12.957)
(12.957)	2.815	(11.387)	(11.387)	(28.916)

11. IMOBILIZAÇÃO E INTANGÍVEL

Sintese da movimentação do ativo imobilizado da controladora (BRGAAP) e do consolidado (IFRS e BRGAAP):

(a) Imobilizado

Terenos	Prédios (*)	Móveis, equip., Instalações, benfeitorias	Veículos	Computadores e Periféricos	Imobilizado em andamento	Total
1.367	9.857	487.816	935	65.833	10.223	576.031
-	-	34.803	-	3.511	19.664	57.978
-	-	24.444	-	595	(29.805)	229
-	-	(1.185)	-	(1.870)	-	(3.055)
1.367	14.852	545.878	935	68.069	82	631.183
-	(2)	59.723	425	14.072	53.168	127.388
-	(2)	33.127	-	(5.953)	(37.022)	(9.850)
(1.080)	(10.199)	(13.200)	(275)	(11.849)	(171)	(36.774)
287	4.651	625.528	1.085	64.339	16.057	711.947
-	(4.753)	(177.701)	(290)	(40.829)	-	(223.573)
-	(798)	(49.430)	(185)	(8.289)	-	(58.702)
-	(2.855)	2.844	-	(44)	-	(55)
-	-	787	-	1.762	-	2.549
-	-	(223.500)	(475)	(47.400)	-	(279.391)
-	(120)	(15.278)	(203)	(8.183)	-	(59.784)
-	33	1.074	-	4.876	-	5.983
-	5.708	11.953	110	17.733	-	36.304
-	(2.395)	(262.235)	(568)	(39.751)	-	(304.949)
Saldo em 31/12/08	1.367	5.104	310.115	645	25.004	352.458
Saldo em 31/12/09	1.367	6.836	322.378	460	20.669	351.792
Saldo em 31/12/10	287	2.256	363.293	517	24.588	406.998

(b) Intangível

Terenos	Prédios (*)	Móveis, equip., Instalações, benfeitorias	Veículos	Computadores e Periféricos	Imobilizado em andamento	Total
1.367	20.088	487.816	935	65.833	10.223	586.262
-	-	34.803	-	3.511	19.664	57.978
-	-	24.444	-	595	(29.805)	229
-	-	(1.185)	-	(1.870)	-	(3.055

LOJAS RENNER S.A.

CNPJ nº 92.754.738/0001-62
CVM 00813-3 / NIRE 43300004848
Companhia Aberta

- 1ª CORPORAÇÃO BRASILEIRA
RENNER
MERCADO ABERTO DE BOLSAS E VALORES



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS DE 2010

Table with columns for Ano de vencimento (2011, 2012, 2013, 2014, Total) and values for Principal and Juros.

13. FINANCIAMENTOS - OPERAÇÕES SERVIÇOS FINANCEIROS

Table showing financial statements for Contadora - BRGAAP and Consolidado - IFRS e BRGAAP for periods 31/12/2010, 31/12/2009, and 31/12/2008.

(a) As operações de vendas financiadas referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras, em compras realizadas na condição de pagamento entre sete e oito prestações mensais, com encargos de 6,90% a.m. (5,99% a.m. em 31/12/2009), sobre as quais a Companhia possui cobrança de pagamento.

Passivo não circulante

Table showing financial statements for Contadora - BRGAAP and Consolidado - IFRS e BRGAAP for periods 31/12/2010, 31/12/2009, and 31/12/2008.

(a) Representa o saldo das quotas sênior emitidas pelo FIDC Lojas Renner (nota explicativa nº 7), objeto de destinação pública em termos da instrução CVM nº 400/03, com prioridade de amortização e resgate em relação às quotas subordinadas. Este montante será liquidado por ocasião do encerramento do FIDC Lojas Renner em dezembro de 2013.

14. FORNECEDORES

Table showing financial statements for Contadora - BRGAAP and Consolidado - IFRS e BRGAAP for periods 31/12/2010, 31/12/2009, and 31/12/2008.

(a) Referem-se ao saldo dos custos incorridos na estruturação do FIDC Lojas Renner, que serão reconhecidos no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso.

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E ATIVAS

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão sobre processos de natureza tributária, os quais totalizam, em 31 de dezembro de 2010, R\$ 29.777 na controladora - BRGAAP e R\$ 29.784 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 29.771 em 31 de dezembro de 2009). Os saldos de depósitos judiciais acumulados cujos processos possuem provisão para riscos tributários, no montante de R\$ 20.647 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 20.806 em 31 de dezembro de 2009), estão sendo apresentados deduzindo o valor do passivo correspondente. Os demais saldos de depósitos judiciais, no montante de R\$ 9.508 na controladora - BRGAAP e R\$ 9.515 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 9.443 em 31 de dezembro de 2009), estão apresentados no ativo não circulante, sendo R\$ 9.130 na controladora - BRGAAP e R\$ 9.137 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 9.065 em 31 de dezembro de 2009) de natureza tributária e R\$ 378 (R\$ 378 em 31 de dezembro de 2009) de natureza cível.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Table showing financial statements for Contadora - BRGAAP and Consolidado - IFRS e BRGAAP for periods 31/12/2010, 31/12/2009, and 31/12/2008.

(a) Referem-se, principalmente, ao questionamento da aplicação da Lei Complementar 102/2000 no que tange o crédito do ICMS no consumo de energia, telecomunicações e aquisições de ativo imobilizado. Também estão incluídos neste montante o questionamento realizado por autoridade fiscal, por meio de auto de lançamento, de crédito de ICMS nas devoluções de mercadorias dos clientes, do adicional de ICMS para a formação de fundo de combate à pobreza do crédito de ICMS de compras de fornecedores com inscrição estadual baixada, como também de crédito de ICMS de operações de imobilizados utilizados para reformas e outros itens classificados pelo fisco como não essenciais à atividade; (b) Referem-se a discussões relacionadas à glosa de ajustes no lucro tributável, decorrentes de correção pontual de balanço, compensações de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, diferenças apontadas pela autoridade fiscal por ter tributado a Lojas Renner, tributada pelo lucro real, resultados gerados na controladora Renner Administradora de Cartões de Crédito tributada pelo lucro presumido, entre outros.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER DE LONGO PRAZO

Table showing financial statements for Contadora - BRGAAP and Consolidado - IFRS e BRGAAP for periods 31/12/2010, 31/12/2009, and 31/12/2008.

PAES - Programa Pro-Emprego da Fazenda Nacional, destinado a promover o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social, constituídos ou não, inscritos ou não como Dívida Ativa, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento. A Companhia optou por incluir no referido parcelamento, em 31 de julho de 2003, alguns débitos cujas matérias eram objeto de discussão judicial. O montante está sendo apresentado em uma única parcela, sob o rubrica de "Outras obrigações", devido à natureza de desenvolvimento de um investimento realizado no seu centro de distribuição localizado no município de Palhoça. Os valores de ICMS a recolher apurados naquele estabelecimento serão pagos num prazo de 24 meses a contar da data de ocorrência do fato gerador, nas apurações mensais efetuadas a partir de junho de 2007, conforme deferido em ato da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina. Para a manutenção do enquadramento no Programa Pro-Emprego, a Companhia contribui, sobre os benefícios assegurados no referido programa, com 2,5% e 2% respectivamente, para o Fundo Pro-emprego e para o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior.

18. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

18.1 Capital social
Em reuniões do Conselho de Administração realizadas nos dias 18 de janeiro de 2010, 24 de maio de 2010, 18 de agosto de 2010 e 24 de novembro de 2010 foram aprovados os aumentos de capital social da Companhia no montante de R\$ 5.789, em razão do exercício de opção de compra de ações, conforme regras estabelecidas no plano de opções de compra de ações, passando de R\$ 402.945 para R\$ 408.734 dentro do limite do capital autorizado.

18.2 Reservas de capital

(a) Reservas de ação
Referem-se ao ágio originado de incorporação reversa da J.C. Penney Brasil Investimentos Ltda. (R\$ 106.660) e da empresa J.C. Penney Brasil Comercial Ltda. (R\$ 11.505), ocorrido em 3 de dezembro de 1999 e 25 de maio de 2005, respectivamente.

18.3 Reservas de lucros

(a) Reserva para investimento e expansão
Esta reserva é constituída com o destino destinado deliberada pelos órgãos da administração, para fazer frente aos investimentos do plano de expansão da Companhia, conforme previsto no art. 36, item (c) do estatuto social da Companhia. O montante registrado referente ao exercício de 2010 de R\$ 77.007, depende de aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada em abril de 2011.

19. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

São apresentados como ajuste de avaliação patrimonial os resultados não realizados com os instrumentos financeiros derivativos (notas explicativas nº 3.17 e 21). O montante dos ajustes registrados representa uma perda líquida de impostos, no montante de R\$ 2.610 mil (R\$ 1.512 em 2009) e serão revertidos quando da liquidação dos referidos instrumentos financeiros, com os efeitos no resultado segundo o regime de competência.

20. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presunção a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em opções de compra de ações, sendo determinado a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi aplicado na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

21.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros ativos operados pela Companhia incluem, (i) recebíveis, composto por contas a receber de clientes pela venda de mercadorias e equivalentes de caixa; e (ii) derivativos usados para hedge. Os instrumentos financeiros passivos operados pela Companhia incluem, (i) Fornecedores; e (ii) Empréstimos e financiamentos.

21.2 Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa
As taxas de juros que remuneram os equivalentes de caixa da Companhia, no encerramento do exercício, se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis dos equivalentes de caixa são similares aos de mercado.

21.3 Instrumentos financeiros passivos

Empréstimos e financiamentos
As taxas de juros dos empréstimos contratados, no encerramento do período, se aproximam das taxas de mercado para instrumentos de natureza, prazos e riscos semelhantes e, portanto, o valor contábil dos empréstimos são similares aos de mercado.

21.4 Instrumentos financeiros derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

21.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração atuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Remuneração nos termos do art. 21 do Estatuto Social. Em 2010, a remuneração dos administradores totalizou R\$ 7.110 (R\$ 6.026 em 2009), apresentados como outros resultados operacionais (nota explicativa nº 28). A Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2010 aprovou o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 8.000 para o exercício social de 2010, mesmo valor fixado no exercício social de 2009.

22. PARTES RELACIONADAS

A Companhia, sociedades controladas e pessoas ligadas, realizaram algumas operações entre si, relativas a aspectos financeiros e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes:

(a) Contexto Consolidado

Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (a "Administração")
De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração atuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Remuneração nos termos do art. 21 do Estatuto Social. Em 2010, a remuneração dos administradores totalizou R\$ 7.110 (R\$ 6.026 em 2009), apresentados como outros resultados operacionais (nota explicativa nº 28). A Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2010 aprovou o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 8.000 para o exercício social de 2010, mesmo valor fixado no exercício social de 2009.

Planos de opções de compra de ações

A Companhia possui planos de remuneração baseado em ações (nota explicativa nº 25). Em 2010, a despesa com o plano de opções de compra de ações de administradores totalizou R\$ 14.102 (R\$ 11.723 em 2009), apresentados como outros resultados operacionais antes do resultado financeiro.

Participação estatutária

A participação estatutária refere-se à participação nos lucros atribuída aos administradores conforme definido no artigo 35, parágrafo único do estatuto social da Companhia e depende de aprovação dos acionistas em Assembleia Geral a ser realizada até abril de 2011. Em 2010, a participação estatutária totalizou R\$ 7.054 (R\$ 6.007 em 2009).

(b) Contexto Controladora

Contratos de Locação
A Companhia renovou o contrato de locação com a controladora Dromegon do prédio da loja no centro de Porto Alegre. O valor da locação desse imóvel é sempre o maior valor entre (i) o equivalente a 5,5% das vendas mensais líquidas de tributos relacionadas pela loja e (ii) R\$ 162 ao mês. O referido contrato de locação tem prazo de validade de 10 anos, sujeito a renovação.

Contrato de Prestação de Serviço de Concessão de Empréstimos e Intermediação de Venda de Títulos de Capitalização

A Companhia oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, através de sua subsidiária, Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (Racc), mediante contratos de convênio para concessão de empréstimo pessoal, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas, nas experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constituindo provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, como segue:

Table showing financial statements for Dromegon Particip. Ltda. and Renner Adm. de Cartões de Crédito Ltda. for periods 31/12/2010, 31/12/2009, and 31/12/2008.

Transações no período

Despesas com aluguéis 3.724
Resultado de equivalência patrimonial 3.081 18.089

O quadro a seguir apresenta a movimentação das outorgas de opções de compra de ações, o preço de fechamento do contrato a seguir apresenta a movimentação das outorgas de opções de compra de ações, o preço de fechamento

Total de opções de compra de ações emitidas - mil

(-) Exercício das opções de compra de ações - mil 760 (627) (126)
Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31/12/2010 - mil 12.111 12.111

Valor da opção para exercício em 31/12/2010

(1° e 2° outorgas corrigidas pelo IPCA) - R\$ 8,19 56,40
Valor de mercado da ação em 31/12/2010 - R\$ 56,40

Total de opções de compra de ações emitidas - mil

(-) Exercício das opções de compra de ações - mil 760 55 (705)
Cancelamento das opções de compra de ações - mil 12.111 12.111

Valor da opção para exercício em 31/12/2010

(1° e 2° outorgas corrigidas pelo IPCA) - R\$ 8,19 56,40
Valor de mercado da ação em 31/12/2010 - R\$ 56,40

Considerando o exercício das 5.159 mil opções in the money, aos respectivos preços de exercícios acima mencionados, demonstramos a seguir os efeitos no valor patrimonial da ação e respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas em 31 de dezembro de 2010:

Table showing financial statements for Dromegon Particip. Ltda. and Renner Adm. de Cartões de Crédito Ltda. for periods 31/12/2010, 31/12/2009, and 31/12/2008.

26. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

A Companhia não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos previdenciários em proveito de seus empregados e administradores.

27. ÔNUS, GARANTIAS E RESPONSABILIDADES

A Companhia possui penhora de um dos seus imóveis registrados no Ativo Imobilizado, decorrente de débitos que estavam sob discussão com a Fazenda Nacional, bem como em discussões judiciais com a Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul e referente processo civil em desfavor da Companhia em desfavor do Conselho de Administração.

Em 31 de julho de 2003, a Companhia optou por incluir os débitos com a Fazenda Nacional e FND, objeto de penhor, que totalizavam na data R\$ 1.074, no parcelamento especial instituído pela Lei 10.684/2003 (PAES).

Derivativos

O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo na data da apuração.

21.3 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do prêmio pago do derivativo que visa proteger a exposição de variação de preços da moeda. A gestão de risco é realizada pela área de finanças corporativas da Companhia, seguindo as políticas aprovadas pela Diretoria. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

(a) Risco de mercado

Risco cambial
O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte americano. A política de gestão de risco cambial definida pela administração da Companhia é a de proteger até 100% do custo FOB de suas importações, via operações de hedge, compostas por contratos de opções de compra de dólar norte americano (nota explicativa nº 3.17). O hedge é utilizado somente como um instrumento de proteção de valor da Companhia, e nunca como um instrumento especulativo, podendo ser realizado em operações expostas à moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na empresa.

Uma vez definido o planejamento de compras, é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dos padrões de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis e a partir daí se define o preço de exercício e vencimentos que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte americano.

Ao limitar-se ou reduzir-se os riscos cambiais incorridos na execução das operações da Companhia, através da contratação de instrumentos derivativos, busca-se garantir rentabilidade mínima nas transações que envolvam ativos ou passivos precificados em moeda estrangeira, com na lucratividade oriunda da comercialização de produtos importados ou na limitação de custos em operações de dívida em moeda estrangeira.

Risco de taxa de juros

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é de manter 100% de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros fixa. Visando minimizar riscos, a Companhia tem como prática a manutenção de hedge natural composto por ativos financeiros e recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e hedge natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Considerando a manutenção de posições de equivalentes de caixa corrigidos a taxas de juros fixas e em patamares superiores às captações de dívida, também em taxas de juros fixas, posições de financiamentos de clientes em montantes equivalentes às linhas de crédito tomadas para financiamento destas operações e indicadas pelas mesmas taxas, levando em conta ainda a estrutura de financiamento de recursos de longo prazo, o montante de capital próprio da administração entendendo que seus resultados possuem baixa sensibilidade à variações nas taxas operadas no mercado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito aos seus clientes.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (purgação do risco). A Companhia registrou provisão para perdas em crédito no montante de R\$ 57.085 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 61.171 em 2009), para cobrir os riscos de crédito. O agendamento (aging) de recebimentos e a provisão de perdas com crédito reconhecidas pela Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6. Os ativos representados por equivalentes de caixa, depósitos em bancos e derivativos, tem como contraparte instituições financeiras de reconhecida solidez e/ou são lastreados em títulos garantidos por estas instituições.

(c) Risco de liquidez

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. Os limites globais concedidos a Companhia tem espaço livre suficiente em suas linhas de crédito comprometidas disponíveis (notas explicativas nº 12 e 13), não gerando risco de quebra dessas limites ou cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da Companhia.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 5) escolhendo instrumentos com vencimento e vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2010, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados para administrar o risco de liquidez.

O passivo financeiro mantido pela Companhia em 31 de dezembro de 2010 é representado basicamente pelos empréstimos e financiamentos, cuja expectativa de fluxos de caixa futuros encontra-se apresentada nas notas explicativas nº 12 e 13.

21.4 Instrumentos financeiros derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia utiliza instrumentos derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela diretoria, somente para proteção de ativos e passivos da Companhia, cujo valor esteja exposto a riscos de variação de preços da moeda.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia tem contratada a compra de 44.743 mil opções de compra de dólar norte americano. Cada opção de compra de dólar norte americano assegura o direito à Companhia de adquirir a referida moeda a um preço estabelecido para o vencimento (preço de exercício). Em 31 de dezembro de 2010, o preço de exercício médio das opções de compra de dólar adquiridas era de R\$ 1.785 para cada dólar.

A avaliação do valor justo dos derivativos é estabelecida com base no mercado alvo (nível 1). Em 31 de dezembro de 2010, o valor justo dos derivativos apresentados pela Companhia monta em R\$ 650, e foi alocado nos estoques, como importações em andamento. Esse montante representa o risco máximo do instrumento contratado, já que a opção de compra de dólar assegura um direito e não impõe obrigações ao contratante.

A tabela a seguir sumaria as informações referentes às opções de compra de dólar norte americano em aberto em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009:

Table showing hedge and gross hedge results for periods 31/12/2010 and 31/12/2009.

A tabela a seguir sumaria os resultados dos derivativos diferidos no patrimônio líquido, considerando a aplicação do conceito de hedge de fluxo de caixa:

Table showing hedge results for periods 31/12/2010 and 31/12/2009.

A tabela a seguir sumaria os resultados dos derivativos diferidos no patrimônio líquido, considerando a aplicação do conceito de hedge de fluxo de caixa:

Table showing hedge results for periods 31/12/2010 and 31/12/2009.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, conforme demonstrado abaixo:

Table showing insurance coverage for periods 31/12/2010 and 31/12/2009.

24. ACORDOS OU OUTRAS OBRIGAÇÕES RELEVANTES ENTRE A COMPANHIA E SEUS ADMINISTRADORES

Conforme Capítulo IV, art. 13 do Estatuto Social da Companhia, a administração da Companhia incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria. A investidura desses Administradores no cargo faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado. O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração em exercício serão considerados automaticamente integrantes do Conselho de Administração.

A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, tem prazo de mandato de 2 anos, permitida a reeleição e estão vinculadas por meio de um contrato de prestação de serviços, cuja remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia. O vencimento dos contratos está vinculado ao prazo de mandato dos diretores, com exceção do contrato firmado com o Diretor Presidente.

A Companhia firmou em março de 2009, um novo contrato de prestação de serviços com o seu Diretor Presidente. O Contrato prevê a permanência do executivo por no mínimo 5 (cinco) anos, remuneração compreendendo um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia.

25. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 18 de janeiro de 2010, foi aprovada a proposta do Comitê de Remuneração, para implementação um novo programa do plano de opção de compra de ações (6º outorga A), outorgando 601 mil opções de compra de ações da Companhia. O preço de exercício das opções ficou estabelecido em R\$ 38,65 (trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos) por ação. Não haverá atualização monetária no preço de exercício das opções.

O programa prevê que cinquenta por cento das opções tornar-se-ão exercíveis após o decurso de três anos de sua respectiva outorga e o restante, após o decurso de quatro anos (considerando apenas as opções objeto de uma mesma outorga). Os programas prevêem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. A partir da 3ª outorga, no caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos do Art. 40, 41, 42 e 43 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se qualquer desses casos resultar em desligamento sem justa causa de participante do Plano por iniciativa da Companhia, todas as ações outorgadas ao respectivo participante e que ainda não sejam passíveis de exercício tornar-se-ão automaticamente exercíveis. Após uma opção ter sido tornada exercível, o beneficiário (Administradores e Executivos selecionados) poderá exercê-la a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, até o término do prazo de 6 (seis) anos contados da data de outorga de tal opção. O 1º e 2º programas de outorga de opções dos Administradores prevêem o comprometimento para que não sejam vendidos, transferidas, oneradas ou de qualquer outra forma negociada o equivalente a 50% das ações que vierem a ser subscritas e integralizadas em razão do exercício das opções outorgadas por um período de um ano contado da data de subscrição e integralização das referidas ações. A outorga contratual de opções do Diretor Presidente, datada em 30 de março de 2009, prevê que o exercício das opções estará sujeito a um prazo de carência (vesting) total de seis anos contados da data de outorga. A partir do segundo aniversário da data de outorga, será permitido o exercício antecipado em parcelas de 20% ao ano, desde que atingida uma meta de valorização da Companhia através do indicador Total Shareholder Return (TSR), estabelecida pelo Conselho de Administração.

Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 existiam 5.159 mil opções (5.125 mil em 31 de dezembro de 2009), representando, no total, aproximadamente 4,22 % das 122.349.065 ações emitidas pela Companhia.

A despesa contabilizada corresponde ao valor justo dos respectivos instrumentos financeiros, calculado na data da outorga, com base no modelo Black-Scholes, registrado em uma base "pro rata temporis" durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. No exercício final em 31 de dezembro de 2010, a Companhia reconheceu este despesa no montante de R\$ 17.385 (R\$ 17.243 em 31 de dezembro de 2009).

Total de opções de compra de ações emitidas - mil

(-) Exercício das opções de compra de ações - mil 760 (627) (126)
Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31/12/2010 - mil 12.111 12.111

Valor da opção para exercício em 31/12/2010

(1° e 2° outorgas corrigidas pelo IPCA) - R\$ 8,19 56,40
Valor de mercado da ação em 31/12/2010 - R\$ 56,40

Total de opções de compra de ações emitidas - mil

(-) Exercício das opções de compra de ações - mil 760 55 (705)
Cancelamento das opções de compra de ações - mil 12.111 12.111

Valor da opção para exercício em 31/12/2010

(1° e 2° outorgas corrigidas pelo IPCA) - R\$ 8,19 56,40
Valor de mercado da ação em 31/12/2010 - R\$ 56,40

Considerando o exercício das 5.159 mil opções in the money, aos respectivos preços de exercícios acima mencionados, demonstramos a seguir os efeitos no valor patrimonial da ação e respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas em 31 de dezembro de 2010:

Table showing hedge and gross hedge results for periods 31/12



LOJAS RENNER S.A.

CNPJ nº 92.754.738/0001-62
CVM 00813-3 / NIRE 43300004848
Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Referido parcelamento, destacado na nota explicativa nº 17, vem sendo regularmente pago pela Companhia e tem vencimentos programados até outubro de 2013, data em que poderão ser liberados os gravames sobre os referidos imóveis.

Em 15 de agosto de 2000, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento aos Titulares dos Cartões ("Contrato") com a controladora Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. e com o Banco Santander, para regular os procedimentos relativos aos empréstimos a serem concedidos pelo Santander aos clientes da Companhia titulares do Cartão Renner ("Clientes"), nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Emissão, Utilização e Administração de Cartão de Crédito Renner ("Contrato de Emissão"). Nos termos do Contrato, o Banco Santander abriu uma linha de crédito rotativo em favor dos Clientes. A Companhia é fiadora e principal pagador solidário, devendo liquidar os débitos contraídos pelos Clientes, em caso de inadimplimento. Os financiamentos concedidos aos clientes estão registrados na conta de financiamentos - operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam em 31 de dezembro de 2010, R\$ 69.624 na controladora - BRGAAP e R\$ 69.709 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 90.552 em 31 de dezembro de 2009), vide nota explicativa nº 13.

A partir de agosto de 2005, a Companhia passou a oferecer aos seus clientes a condição de pagamento com encargos (0 + 8 parcelas), através da intermediação junto a instituições financeiras (CDC/Vendor), na qual a Companhia figura como fiadora e principal pagadora, sendo solidariamente responsável por todas as obrigações, principal e acessórias, oriundas da operação. Em 31 de dezembro de 2010, o montante a vencer das operações de vendas financiadas, garantidas pela Companhia totalizam R\$ 98.715 na controladora - BRGAAP e R\$ 98.735 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 212.969 em 31 de dezembro de 2009), vide nota explicativa nº 13.

A partir de dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos - Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes. Os financiamentos concedidos aos clientes nesta modalidade de crédito estão registrados na conta de financiamentos - operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam, em 31 de dezembro de 2010, R\$ 19.695 na controladora e no consolidado.

Em abril de 2006, a Companhia e a sua controladora Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. celebraram "Contrato de Convênio Para Concessão de Empréstimos Pessoais" aos titulares do Cartão Renner junto ao Banco Safra S.A., a partir de março de 2010, junto ao Banco Alfa. Como parte da operação, a Loja Renner S.A. assume, junto aos titulares do cartão, a condição de fiador e principal pagador, a plena e direta responsabilidade por todas as obrigações, principal e acessórias, contraídas e a serem contraídas pelos titulares do Cartão Renner nos empréstimos pessoais concedidos com base no contrato. Em 31 de dezembro de 2010, o montante a vencer dos empréstimos pessoais garantidos totaliza R\$ 76.644 (R\$ 69.950 em 31 de dezembro de 2009), vide nota explicativa nº 13.

28. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

Apresentamos a composição dos outros resultados operacionais:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
Remuneração dos administradores	(7.110)	(6.026)	(7.110)	(6.026)
Tributárias	(23.545)	(13.538)	(23.560)	(13.670)
Despesas com produtos/serviços financeiros	(48.749)	(38.003)	(52.346)	(38.501)
Outras receitas operacionais	7.512	3.213	7.513	3.215
Recuperação de créditos fiscais (a)	6.098	-	6.098	-
Outras despesas operacionais	(3.845)	(1.500)	(3.845)	(1.500)
Participação empregados (b)	(21.871)	(19.091)	(21.871)	(19.091)
Outros resultados operacionais	(91.510)	(74.945)	(95.121)	(75.573)

(a) Refere-se a crédito tributário de processo transitado em julgamento relativo ao PIS, cuja compensação ocorreu no mês de dezembro de 2010.

(b) Refere-se a despesa com o Programa de Participação nos Resultados, estruturado em conformidade com a Lei 10.101/2000.

29. RESULTADO FINANCEIRO

Apresentamos a composição do resultado financeiro:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
Receitas financeiras	36.643	19.956	36.643	19.956
Despesas financeiras	(11.444)	(12.208)	(11.513)	(12.275)
Outras receitas/(despesas) financeiras	12.206	(64)	2.167	(64)
Resultado Financeiro	27.405	7.684	27.297	7.617

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração. As informações por segmento da Companhia estão segregadas em varejo e produtos financeiros.

A tabela abaixo demonstra essa segregação:

	Controladora - BRGAAP				Consolidado - IFRS e BRGAAP			
	Varejo		Produtos Financeiros		Total		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Receita líquida	2.462.683	2.115.968	263.921	226.783	2.726.604	2.342.751		
Custo das vendas de mercadorias e serviços (Despesas)	(1.182.367)	(1.055.748)	(27.092)	(29.163)	(1.209.459)	(1.084.911)		
Vendas	(645.290)	(557.555)	-	-	(645.290)	(557.555)		
Administrativas e gerais	(211.764)	(180.346)	-	-	(211.764)	(180.346)		
Perdas em créditos, líquidas	(88.170)	(112.419)	(88.170)	(112.419)	(88.170)	(112.419)		
Outros resultados operacionais	(42.761)	(36.942)	(48.749)	(38.003)	(91.510)	(74.945)		
LAJIDA (nota explicativa 3.22)	380.501	285.381	99.910	47.198	480.411	332.579		
	Consolidado - IFRS e BRGAAP							
	Varejo		Produtos Financeiros		Total		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Receita líquida	2.462.683	2.115.968	288.655	247.660	2.751.338	2.363.628		
Custo das vendas de mercadorias e serviços (Despesas)	(1.182.367)	(1.055.748)	(27.092)	(29.163)	(1.209.459)	(1.084.911)		
Vendas	(641.702)	(554.469)	-	-	(641.702)	(554.469)		
Administrativas e gerais	(211.764)	(180.346)	-	-	(211.764)	(180.346)		
Perdas em créditos, líquidas	(88.172)	(112.419)	(88.172)	(112.419)	(88.172)	(112.419)		
Outros resultados operacionais	(42.775)	(37.072)	(52.346)	(38.501)	(95.121)	(75.573)		
LAJIDA (nota explicativa 3.22)	388.075	288.333	121.045	67.577	505.120	355.910		

A tabela abaixo demonstra a reconciliação da LAJIDA com o lucro líquido:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
LAJIDA (nota explicativa 3.22)	480.411	332.579	505.120	355.910
Plano de opção de compra de ações	(17.385)	(17.243)	(17.385)	(17.243)
Depreciações e amortizações	(75.661)	(73.794)	(75.787)	(74.073)
Resultado de equivalência patrimonial	21.170	20.197	21.170	20.197
Resultado da baixa de ativos fixos	27.405	7.684	27.405	7.684
Imposto de renda e contribuição social	(420)	(345)	(420)	(345)
Participação estatutária	(120.438)	(73.482)	(123.743)	(76.270)
Participação estatutária	(7.054)	(6.007)	(7.054)	(6.007)
Lucro líquido do período	308.028	189.589	308.028	189.589

31. CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS EM OPERAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possuía 147 contratos de locação para suas unidades comerciais, de logística e administrativa (123 em 2009). A Companhia analisou referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, prevêem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel das áreas de logística e administrativa possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel são avaliados e reconhecidos na despesa com base na maturação das lojas.

Em 2010, no contexto da controladora, que inclui a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 22, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 105.697 (R\$ 92.656 em 2009).

A tabela abaixo apresenta a segregação da despesa:

	2010	2009
Aluguel variável	29.958	25.504
Aluguel mínimo	68.413	61.375
Outros aluguéis - fixo (sede administrativa, CDs)	7.326	5.777
Total despesas com aluguéis	105.697	92.656

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Galló Conselheiro	Claudio Thomaz Lobo Sonder Presidente do Conselho de Administração	Miguel Gellert Krigsner Conselheiro	Pedro Pezzi Eberle Conselheiro
----------------------------------	--	---	--

DIRETORIA

José Galló Diretor Presidente	Adalberto Pereira dos Santos Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores	Haroldo Luiz Rodrigues Filho Diretor de Compras	Clarice Martins Costa Diretora de Recursos Humanos	Leandro Fachin Balbinot Diretor de Tecnologia da Informação e Gestão	Paulo José Marques Soares Diretor de Operações
---	---	---	--	--	--

CONTROLADORIA

Gildo Melo da Silva Gerente Geral de Finanças Corporativas e Novos Negócios - Contador - CRC-RS 49.783	Luciano Teixeira Agliardi Gerente de Controladoria - Contador - CRC-RS 61.106
--	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Lojas Renner S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **Lojas Renner S.A.** ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da **Lojas Renner S.A.** e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas

O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 26.456 (R\$ 22.452 em 31 de dezembro de 2009).

Em 2010, no contexto consolidado, eliminado a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 22, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 102.109 (R\$ 89.571 em 2009). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 20.809 (R\$ 16.842 em 2009). Os compromissos futuros, oriundos desses contratos, a valores de 31 de dezembro de 2010 totalizam um montante mínimo de R\$ 750.397, assim distribuídos:

	Total	2011	2012	2013	2014	2015	2016 em diante
Aluguéis	750.397	102.996	103.527	102.151	101.020	86.406	254.297

32. DESPESAS POR NATUREZA

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, das despesas apresentadas nas demonstrações do resultado de acordo com sua função:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	2010	2009	2010	2009
(Despesas) outras receitas operacionais				
Vendas	(645.290)	(557.555)	(641.702)	(554.469)
Despesas com pessoal	(243.984)	(212.507)	(243.984)	(212.507)
Despesas com serviços de terceiros	(132.850)	(109.623)	(132.850)	(109.623)
Despesa com ocupação	(146.688)	(130.379)	(143.100)	(127.293)
Outras despesas	(121.768)	(105.046)	(121.768)	(105.046)
Administrativas e gerais	(211.764)	(180.342)	(211.764)	(180.346)
Despesas com pessoal	(82.367)	(65.278)	(82.367)	(65.282)
Despesas com serviços de terceiros	(46.273)	(36.779)	(46.273)	(36.779)
Despesa com ocupação	(7.304)	(5.722)	(7.304)	(5.722)
Outras despesas	(75.820)	(72.563)	(75.820)	(72.563)
Perdas em créditos, líquidas	(88.170)	(112.419)	(88.172)	(112.419)
Outros resultados operacionais	(91.510)	(74.945)	(95.121)	(75.573)
Total das despesas	(1.036.734)	(925.261)	(1.036.759)	(922.807)

33. DESTINAÇÕES DO LUCRO

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada na data de 16 de dezembro de 2010, foi aprovado pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia que detinham ações nesta mesma data no montante de R\$ 70.228 (R\$ 0,5740 por ação), pagamento que será efetuado até 10 (dez) dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2011, a ser realizada em abril de 2011. O cálculo dos juros sobre Capital Próprio tem como base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TULP sobre o Patrimônio Líquido, limitado ao maior valor entre 50% do lucro do exercício antes do imposto de renda ou do saldo dos lucros acumulados e reservas de lucros.

Os juros sobre o capital próprio, originalmente, são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação dessas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como dividendos pagos e não transitam pelo resultado. Conseqüentemente, nessas demonstrações, os lançamentos mencionados anteriormente são reclassificados, ou seja, os juros sobre o capital pagos ou a pagar são registrados a débito de lucros acumulados. O valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro e os benefícios tributários oriundos dessa dedução foram de, aproximadamente R\$ 23.878 em 2010 (R\$ 15.193 em 2009), conforme nota explicativa nº 9.

A Administração da Companhia propôs, em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de janeiro de 2011, a distribuição de 75% do lucro líquido gerado no exercício de 2010, complementando, a título de dividendos, montante já deliberado na forma de juros sobre capital próprio no dia 16 de dezembro de 2010. A distribuição dos dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2011.

A soma dos juros sobre capital próprio acrescido dos dividendos, totalizando 75% do lucro líquido gerado no exercício, atende ao disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76 e art. 36 do estatuto social da Companhia.

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, está sendo constituída uma reserva de lucros para investimento e expansão no montante de R\$ 77.007, conforme previsto no art. 36, item (c) do estatuto social da Companhia, destinada a cobrir parte dos investimentos do plano de expansão, previstos para o exercício social de 2011. Conforme o art. 199 da Lei 6.404/76 o saldo desta reserva não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

34. ADOÇÃO DO IFRS E DOS CPC PELA PRIMEIRA VEZ

34.1. Base da transição

34.1.1. Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1
As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

34.1.2. Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Companhia

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

(a) Isenção de combinação de negócios

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não representou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.

(b) Isenção do valor justo como custo presumido

A Companhia não efetuou ajuste de custo atribuído, conforme indicado na Interpretação ICPC 10, considerando a revisão dos critérios utilizados para determinação da vida útil estimada dos bens, onde não se identificou necessidade de ajustes, bem como por conta da dinâmica do negócio que demanda investimentos constantes de atualização dos equipamentos e instalações de forma a manter os valores atualizados.

As outras isenções não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BRGAAP antigo nessas áreas:

- Isenção das diferenças acumuladas de conversão.
- Isenção do benefício a empregados.

34.1.3. Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva.

(a) Exceção da contabilização de hedge

Em 1º de janeiro de 2009, as operações de hedge já eram contabilizadas somente nos casos em que a relação de hedge atendia aos critérios de contabilização de hedge do CPC 38/IAS 39 naquela data, não existindo, dessa forma, ajustes a serem registrados na data de transição.

(b) Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- Reversão de ativos e passivos financeiros.
- Participação de não controladores.

34.2. Conciliação entre